

Psicologia Social, Comunicação e Dinâmicas Culturais

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.2>

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Julia Alves Brasil

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-0445-1207>
juliaalvesbrasil@gmail.com

Carla Cerqueira

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Porto, Portugal
<http://orcid.org/0000-0001-6767-3793>
carlaprec3@gmail.com

Resumo

A fim de abordarmos as principais relações entre psicologia social, comunicação e cultura, organizámos este capítulo introdutório da seguinte forma: primeiramente, discutimos sobre o objeto de estudo da psicologia social e sobre a sua história; em seguida, apresentamos algumas perspetivas acerca dos conceitos de “comunicação” e “cultura” e da forma como estes se relacionam entre si e com a psicologia social, evidenciando também a relevância de considerarmos diferentes níveis de análise e conhecimentos provenientes de várias áreas científicas para analisar questões sociais contemporâneas.

A psicologia social aborda o comportamento dos seres humanos em interação com o espaço social e cultural. O ser humano é simultaneamente produto e produtor da sociedade e da realidade social, num permanente ciclo de influências recíprocas, embora assimétricas. Assim, a psicologia social situa-se no domínio da interação: entre processos psicológicos, sociais e culturais; entre pessoas, dentro dos grupos, entre grupos e entre culturas. A disciplina aborda a forma como o indivíduo constrói a sua realidade social, e como este processo é mediado pela interação com os outros, sejam indivíduos, grupos ou sistemas culturais.

Palavras-chave

psicologia social, comunicação, cultura, níveis de análise

Objeto de Estudo da Psicologia Social

A psicologia social pode ser definida sinteticamente como o estudo científico do comportamento social¹ (Jesuino, 1994). A psicologia é geralmente definida como a ciência do comportamento humano, englobando o comportamento visível e invisível; por outras palavras, o conceito de “comportamento”² refere-se ao que os seres humanos pensam, sentem, dizem e fazem. Por seu turno, a sociologia é geralmente definida como o “estudo sistemático das sociedades humanas” (Giddens, 1997/2000, p. 33). A psicologia social faz, portanto, a “ponte” entre estas duas ciências, correspondendo ao estudo das relações interpessoais, intergrupais e interculturais.

Trata-se de um campo de difícil delimitação, dado que a compreensão das dinâmicas comportamentais nos seus diversos contextos de interação exige a convocação de saberes que vão desde as ciências naturais às ciências sociais e humanas, não se restringindo por isso aos contributos da psicologia e da sociologia.

Segundo Jacques-Philippe Leyens (1979/1991), a “Psicologia social humana trata da dependência e da interdependência das condutas humanas” (p. 12). Como o autor salienta, os processos de influência estudados no seio da disciplina podem ocorrer em múltiplos contextos: por exemplo, um indivíduo isolado face à representação de outrem; um grupo de pequena ou média dimensão (uma díade, uma família, um grupo de amigos, uma equipa de trabalho); ou um grupo de grande dimensão (os adeptos de um clube desportivo, uma corporação multinacional, uma nação, uma comunidade linguística, uma religião, etc.).

Inicialmente vamos focalizar-nos numa das definições clássicas da disciplina. Para Gordon Allport (1954/1968), a psicologia social visa “compreender e explicar como os pensamentos, os sentimentos e os comportamentos dos indivíduos são influenciados pela presença real, imaginada ou implícita dos outros” (p. 5). Esta definição apela para o importante aspeto de que não é necessário que os parceiros de uma interação sejam pessoas reais e/ou estejam fisicamente presentes. Embora na época em que Allport formulou esta definição não houvesse ainda internet nem redes sociais digitais, ajusta-se também às novas sociabilidades que a revolução digital veio permitir.

A presença “implícita” dos outros refere-se ao facto de o indivíduo ser influenciado pela complexa estrutura social e pela sua pertença em grupos culturais. Os outros “imaginados” poderão ser, por exemplo, os heróis no ecrã de televisão, os *avatares* com os quais interagimos num jogo de vídeo ou as conversas com *chatbots*. É necessário, contudo, acrescentar à definição proposta por Allport que a influência se exerce nos dois sentidos: não só o indivíduo é influenciado, como pode influenciar esse outrem real, imaginário ou implícito (Moscovici, 1984). Como referimos anteriormente, o outrem implícito corresponde ao complexo sociocultural em que o indivíduo se desenvolve, com papéis sociais específicos e uma posição determinada.

1 Neste livro trataremos apenas da psicologia social humana, excluindo o estudo do comportamento social de outros seres vivos.

2 De notar que para a corrente comportamentalista clássica (behaviorismo), o comportamento era definido em termos mais restritos, incluindo apenas o comportamento visível, isto é, o comportamento verbal e motor. Em alguns pontos do livro, adotaremos também uma definição mais restrita de comportamento, como é o caso do capítulo sobre atitudes, já que tradicionalmente, nesta área de estudos, foi dominante uma conceitualização tridimensional do conceito, distinguindo as dimensões cognitiva, afetiva e comportamental.

Perante tal definição, que oscila entre o indivíduo e a cultura, podemos perguntar-nos qual será a unidade de análise básica. Será psicologia? Será sociologia? Ou ainda nem uma nem outra? Ora, assim como a pessoa não existe sem a sociedade e a sociedade sem as pessoas, nem a psicologia nem a sociologia, cada uma por si só, poderá almejar a compreensão do comportamento humano (Leyens, 1979/1991).

Esta questão já estava presente aquando da “fundação americana” da psicologia social, visto que um dos seus fundadores era sociólogo, Edward Ross, e o outro era psicólogo, William McDougall. Na altura, foi a perspetiva de McDougall que se tornou dominante, o que se traduziu na expressão “psicologia social psicológica” cunhada por Léonard Berkowitz (1965). Isto significa que quer se tratasse de uma diáde, um grupo de maior dimensão ou uma determinada cultura, o centro de interesse seria sempre o comportamento psicológico do indivíduo. Mas se o indivíduo é o centro de análise, porquê falar de psicologia social e não simplesmente de psicologia?

Ora, foi no seio da psicologia social europeia que se deu novo folgo a esta questão e se procurou encontrar o lugar da psicologia social, que não seria nem a psicologia nem a sociologia, mas uma articulação entre as duas e suas interconexões com outras disciplinas sociais e humanas, ou seja, um posicionamento claramente interdisciplinar (Camino & Torres, 2023; Doise, 1976/1984; Israel & Tajfel, 1972; Moscovici, 1984).

Resumindo, a psicologia social aborda o comportamento dos seres humanos em interação com o espaço social e cultural. O ser humano é simultaneamente produto e produtor da sociedade e da realidade social, num permanente ciclo de influências recíprocas, embora frequentemente assimétricas (Amâncio, 2000; Lorenzi-Cioldi, 2002).

Assim, a psicologia social situa-se no domínio da interação: entre processos psicológicos, sociais e culturais; entre pessoas, dentro dos grupos, entre grupos e entre culturas. A disciplina aborda a forma como o indivíduo constrói a sua realidade social, e como este processo é mediado pela interação com os outros, sejam indivíduos, grupos ou sistemas culturais. Muito embora tenha um objeto específico, não é uma disciplina autónoma, na medida em que não pode passar sem contribuições de outras disciplinas (cf. Jesuíno, 1994; Leyens, 1979/1991).

História da Psicologia Social

O ano de 1908 é geralmente considerado o marco que assinala o início da psicologia social enquanto disciplina científica, uma vez que nesse ano foram publicados dois livros que exerceram um papel decisivo no seu desenvolvimento: *An Introduction to Social Psychology* (Uma Introdução à Psicologia Social), escrito pelo psicólogo William McDougall, e *Social Psychology, an Outline and Source Book* (Psicologia Social, um Esboço e um Livro de Fontes), escrito pelo sociólogo Edward Ross. Esta “dupla paternidade” iria determinar fortemente a história da disciplina e, ainda hoje, persiste alguma tensão entre uma psicologia social mais psicológica (e.g., Berkowitz, 1965) e uma psicologia social mais sociológica (e.g., Moscovici, 1984).

A “psicologia social psicológica” é assim denominada visto que tende a centrar os seus modelos explicativos no indivíduo, estudando, especialmente, processos psicológicos básicos e intraindividuais, frequentemente desconsiderando a historicidade dos fenómenos analisados. Configura-se como uma abordagem que se aproxima das proposições do positivismo, ao utilizar estratégias similares às ciências naturais para estudar fenómenos sociais, privilegiando investigações conduzidas a partir de métodos experimentais e de estratégias metodológicas quantitativas. Já a “psicologia social sociológica” recebe

tal denominação devido ao foco no estudo dos processos psicológicos conscientes, das interações sociais e das relações intergrupais. Os estudos conduzidos no âmbito dessa abordagem mais sociológica tendem a envolver o uso combinado de métodos qualitativos e quantitativos, apresentando maior flexibilidade metodológica³.

A “psicologia social psicológica” tornou-se dominante sobretudo nos Estados Unidos da América (EUA). De realçar, contudo, que para o desenvolvimento da chamada “psicologia social americana” contribuíram enormemente os movimentos intelectuais europeus do século XIX, com os quais os académicos norte-americanos contactaram. Inicialmente, havia a tradição de efetuarem o seu doutoramento na Europa e, mais tarde, tiveram contributos dos psicólogos sociais europeus que se refugiaram nos EUA durante o período do Nazismo, e que viriam a participar nos progressos alcançados a partir da década de 1940 (Camino & Torres, 2023; Ferreira, 2011). Por seu turno, na Europa, a psicologia social abrandou significativamente o seu desenvolvimento entre os anos 1930 e 1960, não só devido à Segunda Guerra Mundial e às suas consequências sociais e económicas, mas também devido aos regimes ditatoriais que vigoraram em alguns países, entre os quais Portugal (Amâncio, 1994).

Apesar do nascimento da psicologia social moderna ser associado às duas obras mencionadas, publicadas em 1908 nos EUA, podemos considerar que a psicologia social nasceu em finais do século XIX, com a publicação dos primeiros tratados da disciplina na Europa: o livro *Études de Psychologie Sociale* (Estudos de Psicologia Social; Tarde, 1898/2011), que já antes tinha publicado outro livro marcante, *Les Lois de l'Imitation* (As Leis da Imitação; Tarde, 1890/1924), seguido pouco depois pelo livro *Psicologia Sociale* (Psicologia Social; Orano, 1902). É também de referir que, antes destes marcos, muito trabalho significativo tinha sido efetuado por autores com percursos em diferentes áreas disciplinares, cujos contributos foram incorporados na psicologia social (cf. Camino & Torres, 2023; Ferreira, 2011; Jesuino, 1994; Santos, 2000). Tal como aconteceu em outros domínios científicos, o contributo das mulheres pioneiras foi obliterado da história da disciplina. Não se pense, contudo, que tais processos de obliteração na história da psicologia social, e em outros domínios científicos, fazem apenas parte do passado (ver, por exemplo, Apfelbaum, 2009).

No século XIX e início do século XX são geralmente destacados os seguintes contributos (Pereira, 2000; Santos, 2000): a “física social”, a “psicofísica social” e a “psicologia popular” (e.g., Le Bon, 1895; Quetelet, 1869; Wundt, 1897); o estudo das “representações coletivas” (Durkheim, 1898) e a “interpsicologia” (Tarde, 1890/1924); o estudo da permanente tensão entre os “instintos” e a “consciência” (Freud, 1900/1988; Galton, 1874; James, 1890); a “reflexologia” e o “condicionamento” (Pavlov, 1927; Watson, 1913). Alguns dos trabalhos pioneiros sobre os processos cognitivos e dinâmicas culturais foram durante muito tempo esquecidos e só recentemente começaram a ser revisitados, como, por exemplo, os trabalhos de Bartlett (1923, 1928; ver Wagoner, 2017).

Sem pretensões de exaustividade, vamos referir algumas das obras que têm sido consideradas como as mais marcantes da primeira metade do século XX, para além das referidas anteriormente. O livro de Floyd Allport (1924), *Social Psychology* (Psicologia Social) é considerado o marco do início da “era moderna” da psicologia social: aceitou a ênfase individual do comportamento proposto por McDougall, mas recusou a ideia de que o comportamento social se basearia em “instintos”, preferindo considerá-lo como resultado de “reflexos” que se modificariam com o “condicionamento” (Pavlov, Watson).

3 Para mais discussões sobre as diferenças entre essas vertentes da psicologia social, ver, por exemplo: Álvaro e Garrido (2007), Camino e Torres (2023) e Ferreira (2011).

Em 1932, Frederic Bartlett publica *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology* (Recordar: Um Estudo da Psicologia Experimental e Social), uma obra marcante que viria a influenciar significativamente o desenvolvimento da psicologia cognitiva e social. Alguns anos antes, Maurice Halbwachs (1925) tinha publicado *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (Os Quadros Sociais da Memória), mas esta obra só na década de 1990 viria a ser amplamente reconhecida no seio da psicologia social.

Na década de 1940, a psicologia social conheceu um extraordinário desenvolvimento com os contributos de Kurt Lewin, Fritz Heider, Solomon Asch e Muzafer Sherif, os quais serão abordados nos capítulos seguintes. Por agora, destacamos o contributo de Lewin, que

em 1945, introduzia a sua orientação da pesquisa-ação no Massachusetts Institute of Technology e lançava, em seguida, o projecto dos laboratórios “Training Group”, extraordinário alfofre de cientistas que animariam a investigação psicológica no campo das comunicações e relações humanas nas duas décadas seguintes. (Alves, 1994, p. 5)

Outra referência marcante é a publicação da obra *The Nature of Prejudice* (A Natureza do Preconceito), de Gordon Allport (1954/1979) e o conjunto de outras publicações desse autor sobre o desenvolvimento das atitudes e dos rumores (e.g., Allport & Postman, 1946).

O livro *Social Psychology* (Asch, 1952) é geralmente considerado o último dos grandes clássicos fortemente marcado pela corrente da psicologia da configuração (*Gestalt*), corrente essa que viria a conhecer um extraordinário desenvolvimento, em outros moldes, com a “revolução cognitiva” a partir dos anos 1960. Por um lado, essa “revolução” proporcionou o desenvolvimento de sofisticados métodos de investigação psicossocial (por exemplo, as chamadas “medidas implícitas” da atividade cerebral apoiadas por modelos computadorizados), que se traduziram na formulação de complexos modelos teóricos sobre o processamento da informação social; por outro lado, teve como resultado a negligência tanto dos aspetos emocionais quanto das estruturas sociais.

A década de 1960 marca o período de “crise da psicologia social”. Tal “crise” envolveu um questionamento da validade e da relevância da psicologia social predominante na época, a “psicologia social psicológica” (Álvaro & Garrido, 2007; Camino & Torres, 2023; Ferreira, 2011). A partir de então, diferentes propostas teóricas e metodológicas foram sendo desenvolvidas em diversas partes do mundo. Na Europa, por exemplo, houve o surgimento da chamada “psicologia social europeia” – uma psicologia social mais sociológica –, com as obras de Henri Tajfel, Serge Moscovici, William Doise, entre outros (cf. Camino & Torres, 2023; Ferreira, 2011; Jesuino, 2000), cujos trabalhos serão explorados ao longo de diversos capítulos deste livro.

Além disso, tais críticas à forma dominante de se fazer psicologia social levaram também ao desenvolvimento daquela que ficou conhecida como “psicologia social crítica”, a qual envolve trabalhos que foram produzidos sob diferentes perspetivas, a partir do fim dos anos 1960, nos Estados Unidos e na Europa, e a partir da década de 1970, na América Latina, por exemplo (Montero, 2011).

Diferentes autores (e.g., Ferreira, 2011; Montero, 2011; Spink & Spink, 2013) têm discorrido acerca da variedade de perspetivas existentes sob essa denominação de “psicologia social crítica”. Segundo tais autores, essa denominação abrange um conjunto diverso de perspetivas, nomeadamente o socioconstrucionismo (e.g., Gergen, 1997), a psicologia discursiva (e.g., Potter & Wetherell, 1987), a psicologia feminista (e.g., Butler, 1990), a psicologia da libertação (e.g., Martín-Baró, 1986/2011), a psicologia socio-histórica (e.g., Bock et al., 2001; Lane, 1984), a psicologia social comunitária (e.g., Freitas, 2014; Montero, 2004),

entre tantas outras vertentes. No contexto europeu, apesar de encontrarmos expressões de várias dessas correntes, destacam-se as transformações epistemológicas desencadeadas pela abordagem feminista crítica (e.g. Neves & Nogueira, 2004; Nogueira, 2001), a qual contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da chamada “psicologia social crítica”.

Apesar das suas especificidades, essas diferentes perspectivas críticas no âmbito da psicologia social possuem algumas características em comum, como: a crítica ao paradigma positivista, o que implica críticas às bases epistemológicas do conhecimento produzido na área, havendo a recusa de concepções individualizantes, psicologizantes e reducionistas no estudo dos fenómenos psicossociais; a superação da dicotomia entre individual e coletivo, a partir do reconhecimento do papel do contexto social, histórico e cultural na constituição dos indivíduos, bem como do papel ativo dos mesmos na construção da realidade social; a superação da dicotomia entre teoria e prática, a ênfase no potencial interventivo e transformador da ciência, o que implica a impossibilidade de neutralidade da mesma e a necessidade de produção de um conhecimento contextualizado e coconstruído por pesquisadores e atores sociais; a valorização da pluralidade metodológica, entre outros aspetos (Montero, 2011; Neves & Nogueira, 2004; Spink & Spink, 2013).

A despeito do desenvolvimento desses diferentes modelos teórico-metodológicos nas últimas décadas, ainda hoje quando se fala de psicologia social é sobretudo a tradição (norte)americana que é realçada, em detrimento dos contributos significativos efetuados em outras partes do mundo, que continuam a não ser suficientemente integrados pela psicologia social *mainstream* (Lubek & Apfelbaum, 2000). Contudo, assiste-se desde o início do novo milénio a uma “viragem cultural” na psicologia social, que se traduz em dois aspetos fundamentais: por um lado, uma nova aproximação às ciências sociais e humanas, na tentativa de desenvolvimento de uma perspectiva integrada sobre o comportamento humano em múltiplos contextos de interação; por outro, a incorporação da produção científica realizada em zonas do globo tradicionalmente consideradas periféricas em termos científicos (África, América Latina, etc.) no sentido de uma maior abrangência dos modelos psicossociais.

Nesse sentido, a nossa proposta neste livro visa combinar o estudo dos grandes clássicos com a investigação mais recente, dando-se especial atenção ao contributo da disciplina para ajudar a compreender e a intervir nas grandes questões sociais dos dias de hoje (e.g., Hook et al., 2011; Vala & Monteiro, 2017).

As Relações Entre a Psicologia Social, a Comunicação e a Cultura

Segundo Lane (1984), a psicologia social possui como objetivo fundamental “conhecer o indivíduo no conjunto de suas relações sociais, tanto naquilo que lhe é específico como naquilo em que ele é manifestação grupal e social” (p. 19). Desse modo, como vimos nas secções anteriores, a compreensão dos processos psicológicos e sociais envolvidos na constituição dos indivíduos implica a consideração do contexto histórico, social e cultural em que eles se encontram e das relações sociais que estabelecem com diferentes outros (Wagoner, 2014), o que faz com que a psicologia social seja intimamente ligada à cultura e à comunicação.

Entretanto, assim como diversos conceitos no âmbito das ciências sociais e humanas, também com relações aos conceitos de “cultura” e “comunicação”, não há um consenso, havendo diferentes perspectivas que foram construídas ao longo dos anos visando entender estes fenómenos. Tendo em vista que uma revisão detalhada de tais perspectivas fugiria do

escopo deste capítulo, apresentaremos brevemente algumas considerações sobre cultura e comunicação e sobre como a psicologia social tem incorporado a dimensão sociocultural nos seus estudos, contribuindo para a compreensão dos processos comunicativos.

No que diz respeito ao conceito de “cultura”, autores e abordagens de diferentes áreas do conhecimento divergem quanto à importância atribuída a diferentes elementos na sua constituição, como estruturas, processos e/ou funções. Contudo, diferentes autores concordam em conceber a cultura como um conjunto de significados partilhados por indivíduos em determinado sistema social, incluindo ideias, atitudes, crenças, valores, instituições e também diferentes práticas que fazem parte da vida quotidiana de tal sistema (Smith et al., 2013).

No âmbito da psicologia, foram desenvolvidas diferentes abordagens para o estudo da cultura. Uma das contribuições que tem sido mais destacada é a de Geert Hofstede (2011), com o seu modelo de seis dimensões para a análise de culturas nacionais. Outro autor relevante nos estudos da cultura é Edward T. Hall (1959), antropólogo cujas contribuições foram importantes para diferentes áreas, nomeadamente as ciências da comunicação, com trabalhos, por exemplo, sobre como pessoas de diferentes culturas utilizam o tempo e o espaço de formas distintas. O trabalho de Hall influenciou o campo de estudos da comunicação intercultural, nomeadamente os estudos sobre a comunicação entre pessoas de diferentes culturas e as estratégias para o aprimoramento da competência intercultural (e.g., Bennett, 2013).

Cabe, agora, tecermos algumas considerações sobre as diferentes abordagens utilizadas nos estudos da cultura. Primeiro, algumas dessas abordagens tendem a conceber a cultura como algo estático e imutável, naturalizando as diferenças entre grupos nacionais e concebendo os indivíduos pertencentes a tais grupos como um todo homogêneo, desconsiderando a possibilidade de dissenso e o papel ativo dos indivíduos na transformação das culturas. Em segundo lugar, quando falamos em grupos culturais, ainda que frequentemente países sejam considerados como culturas particulares, estes não são entidades homogêneas, sendo que alguns países apresentam enorme diversidade cultural. Por isso, conforme alertam Smith et al. (2013), o conceito de “cultura” pode ser aplicado a diferentes níveis de um sistema social, por exemplo, a uma nação, a grupos étnicos específicos, a organizações, entre outros.

Finalmente, muitos destes estudos são conduzidos com pessoas em contextos chamados “WEIRD” (*Western, educated, industrial, rich, democratic*; ver Henrich et al., 2010), ou seja, em sociedades predominantemente ocidentais, industrializadas, ricas, democráticas e com população com alto nível de escolarização. Portanto, é fundamental também considerar estudos realizados a partir de diferentes contextos políticos, económicos e culturais. Isso é feito, por exemplo, nas diferentes perspetivas existentes dentro da chamada “psicologia cultural” (e.g., Adams et al., 2015), a qual se aproxima das abordagens da psicologia social crítica mencionadas anteriormente, e sublinha a importância da constituição mútua do contexto sociocultural e dos indivíduos, aspeto que está no cerne das abordagens de(s) coloniais⁴, que serão convocadas em outros capítulos.

Tal valorização do conhecimento produzido a partir de e para estes diferentes contextos socioculturais relaciona-se também com uma conceção crítica da interculturalidade, conforme adotamos neste livro. Trata-se de uma conceção que leva em consideração as experiências dos grupos de menor estatuto social percebido, visando a transformação das estruturas sociais a partir do respeito e do diálogo entre diferentes

4 Na língua portuguesa esta palavra tem sido grafada de duas formas — “descolonial” ou “decolonial” —, sendo que neste livro optamos por “decolonial”.

culturas e não apenas de uma suposta tolerância, que mantém intactos os privilégios e as desigualdades (Brasil & Cabecinhas, 2019).

Essas abordagens críticas da cultura e da interculturalidade concedem um papel fundamental à comunicação na constituição da cultura e dialogam, por exemplo, com a visão cultural ou ritual da comunicação, de James W. Carey (1989). Tal perspectiva contrapõe-se à visão transmissiva da comunicação, compreendendo a comunicação não apenas como transmissão de informação, mas como um processo simbólico através do qual os indivíduos podem construir, manter e/ou transformar a realidade. É um modelo que valoriza a agência dos indivíduos, a reciprocidade dos atores comunicativos e o caráter flexível da comunicação no processo de troca de significados em diferentes contextos.

A partir dessas explicações, torna-se evidente a complexidade inerente à análise dos processos comunicativos e a necessidade da consideração de diferentes níveis de análise a fim de atingir a sua compreensão. Numa obra de revisão da investigação em psicologia social até aos anos 1980, Doise (1982) distinguiu quatro níveis de análise no seio da disciplina e sublinhou a necessidade da criação de modelos integrados de comportamento social, que abarcassem esses diversos níveis. No nível *intrapessoal* estão incluídos os modelos que descrevem o modo como os indivíduos organizam a sua percepção, avaliação e comportamento em relação ao meio social em que se inserem. No nível *interpessoal* ou *situacional* encontram-se os modelos que descrevem o modo como os indivíduos interagem numa dada situação, não tomando em consideração as diferentes posições que estes possam ocupar fora dessa situação (os seus grupos de pertença e de referência), isto é, nestes modelos as posições dos indivíduos são consideradas como intermutáveis e simétricas. O nível *posicional* ou *intergrupar* integra os modelos que recorrem explicitamente às diferentes posições ou estatutos sociais que os indivíduos ocupam previamente a qualquer interação para explicar as diferentes modalidades de interação. Finalmente, o nível *ideológico* integra os modelos que descrevem o modo como as representações e os comportamentos dos indivíduos, numa dada situação, são modelados pelos sistemas de valores, crenças e ideologias dominantes veiculados pela sociedade.

Sublinha-se que os desenvolvimentos recentes na disciplina conduziram à inclusão de mais dois níveis de explicação a este modelo, quais sejam, um nível neurológico e um nível intersocietal (ver Doise & Valentim, 2015). O nível neurológico será afluído no capítulo sobre cognição social, mas não constitui o foco deste livro.

Desse modo, a psicologia social caracteriza-se pela natureza dos problemas que aborda e não pelos seus métodos, o que não significa que não existam orientações metodológicas predominantes. Dentre as principais estratégias metodológicas para estudar os fenómenos psicossociais, e para tentar abarcar os diferentes níveis de análise previamente mencionados, estão os diferentes tipos de medidas de autorrelato (entrevistas, questionários, etc.) e de medidas comportamentais, nomeadamente as medidas “explícitas” e as medidas “implícitas” (para uma revisão, ver Lima & Bernardes, 2013). Além disso, nas últimas décadas, diversos pesquisadores da área têm prezado pela triangulação metodológica (e.g., Apostolidis, 2006), uma vez que cada metodologia apresenta vantagens e limitações específicas.

A breve revisão realizada neste capítulo introdutório acerca do objeto e da história da psicologia social e das suas relações com a comunicação e a cultura aponta para a imprescindibilidade da consideração desses diferentes níveis de análise como possível caminho para aprimorar a compreensão dos fenómenos sociais, sublinhando o caráter complexo, multifacetado, histórico-social-cultural dos fenómenos psicossociais. Nos capítulos seguintes apresentamos os principais conceitos e abordagens desenvolvidos no âmbito da psicologia social, os quais tentaram compreender o comportamento social, a partir do

foco em diferentes níveis de análise. No final de cada capítulo, para além das referências bibliográficas são apresentados outros recursos úteis ou material suplementar.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Adams, G., Dobles, I., Gómez, L. H., Kurtiş, T., & Molina, L. E. (2015). Decolonizing psychological science: Introduction to the special thematic section. *Journal of Social and Political Psychology*, 3(1), 213–238. <https://doi.org/10.5964/jsp.p.v3i1.564>
- Alves, A. (1994). *Teorias da comunicação. Programa e metodologia*. Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/13857>
- Allport, F.H. (1924). *Social psychology*. The Riverside Press.
- Allport, G.W. (1954/1968). The historical background of modern social psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology* (2nd ed., pp.1–80). Addison-Wesley.
- Allport, G.W., & Postman, L. (1946). An analysis of rumor. *Public Opinion Quarterly*, 10(4), 501–517.
- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2007). *Psicologia social: Perspectivas psicológicas e sociológicas*. McGraw-Hill.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Afrontamento.
- Amâncio, L. (2000). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 387-409). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Apfelbaum, E. (2009). Against the tide: Making waves and breaking silences. In L. Mos (Ed.), *History of psychology in autobiography* (pp.1–36). Kluwer Academic/Plenum Press.
- Apostolidis, T. (2006). Representations sociales et triangulation: Une application en psychologie sociale de la sante. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 211–226. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200011>
- Asch, S. (1952). *Social psychology*. Prentice-Hall.
- Bartlett, F. C. (1923). *Psychology and primitive culture*. Cambridge University Press.
- Bartlett, F. C. (1928). Social constructiveness. *British Journal of Psychology*, 18, 388–391.
- Bennett, J.M. (2013). Intercultural competence: Vital perspectives for diversity and inclusion. In B. M. Ferdman & B. R. Deane (Eds.), *Diversity at work: The practice of inclusion* (pp. 155–176). John Wiley & Sons, <https://doi.org/10.1002/9781118764282.ch5>
- Berkowitz, L. (1965). *Advances in experimental social psychology* (Vol. 2). Academic Press.
- Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (2001). *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia*. Cortez.
- Brasil, J. A., & Cabecinhas, R. (2019). Diálogo intercultural e relações intergrupais na Europa: Contributos dos estudos culturais e da psicologia social. *Comunicação e Sociedade, Volume Especial*, 89–103. [https://doi.org/10.17231/comsoc.0\(2019\).3062](https://doi.org/10.17231/comsoc.0(2019).3062)
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Routledge.
- Camino, L., & Torres, A. R. R. (2023). Origens e desenvolvimento. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 27–74). Blucher Open Access.
- Carey, J. (1989). *Communication as culture: Essays on media and society*. Unwin Hyman Inc.

Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Presses Universitaire de France.

Doise, W. (1984). *A articulação psicossociológica e as relações entre grupos* (E. Caldeira, Trad.). Moraes Editores. (Trabalho original publicado em 1976)

Doise, W., & Valentim, J. P. (2015). Levels of analysis in social psychology. In J. D. Wright (Ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (2nd edition, Vol.13, pp. 899–903). Elsevier.

Durkheim, É. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 6(3), 273–302.

Ferreira, M. C. (2011). Breve história da moderna psicologia social. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia social – Principais temas e vertentes* (pp. 13–30). Artmed.

Freitas, M. F. Q. (2014). Psicologia social comunitária como politização da vida cotidiana: Desafios à prática em comunidade. In C. Stella (Ed.), *Psicologia comunitária: Contribuições teóricas, encontros e experiências* (pp. 65–88). Vozes.

Freud, S. (1988). *A interpretação dos sonhos* (Vol III, L. Magalhães, Trad.). Ed. Livresiros. (Trabalho original publicado em 1900)

Galton, F. (1874). On a proposed statistical scale. *Nature*, 9, 342–343.

Gergen, K. J. (1997). Social psychology as social construction: The emerging vision. In C. McGarty & S. A. Haslam (Eds.), *The message of social psychology: Perspectives on mind in society* (pp. 113–128). Blackwell Publishing.

Giddens, A. (2000). *Sociologia* (M.A. Figueiredo, C.L. Silva & V. Gil, Trans.). Fundação Calouste Gulbenkian. (Trabalho original publicado em 1997)

Hall, E. T. (1959). *The silent language*. Doubleday.

Henrich J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world? *Behavioral and Brain Sciences*, 33(2–3), 61–83. <https://doi.org/10.1017/S0140525X0999152X>

Hofstede, G. (2011). Dimensionalizing cultures: The Hofstede model in context. *Online Readings in Psychology and Culture*, 2(1). <https://doi.org/10.9707/2307-0919.1014>

Hook, E., Franks, B., & Bauer, M. W. (2011). *The social psychology of communication*. Palgrave Macmillan.

Israel, J., & Tajfel, H. (1972). *The context of social psychology: A critical assessment*. Academic Press.

James, W. (1890). *The principles of psychology*. Henry Holt & Co.

Jesuino, J. C. (1994). *Psicologia*. Difusão Cultural.

Jesuino, J. C. (2000). A psicologia social europeia. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 49–60). Fundação Calouste Gulbenkian.

Lane, S. T. M. (1984). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. 10–19). Brasiliense.

Le Bon, G. (1895). *Psychologie des foules*. F. Alcan.

Leyens, J.-P. (1991). *Psicologia social* (I. Braga & A. Santos, Trans.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 1979)

Lima, M. L., & Bernardes, S. (2013). Métodos de investigação em psicologia social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 1–42). Fundação Calouste Gulbenkian.

Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les représentations des groupes dominants et dominés – Collections et agrégats*. Presses Universitaires de Grenoble.

Lubek, I., & Apfelbaum, E. (2000). A critical gaze and wistful glance at Handbook histories of social psychology: Did the successive accounts by Gordon Allport and successors historiographically succeed? *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 36, 405–428. [https://doi.org/10.1002/1520-6696\(200023\)36:4%3C405::AID-JHBS7%3E3.0.CO;2-2](https://doi.org/10.1002/1520-6696(200023)36:4%3C405::AID-JHBS7%3E3.0.CO;2-2)

Martín-Baró, I. (2011). Para uma psicologia da libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Eds.), *Psicologia social para a América Latina: O resgate da psicologia da libertação* (pp. 181–197). Alínea. (Trabalho original publicado em 1986)

- Montero, M. (2004). Relaciones entre psicología social comunitaria, psicología crítica y psicología de la liberación: Una respuesta latinoamericana. *Psyke*, 13(2), 17–28. <https://doi.org/10.4067/S0718-22282004000200002>
- Montero, M. (2011). Ser, fazer e parecer: Crítica e libertação na América Latina. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Eds.), *Psicologia social para a América Latina: O resgate da psicologia da libertação* (pp. 87–100). Alínea.
- Moscovici, S. (1984). *Psychologie sociale*. Presses Universitaires de France.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Metodologias feministas na psicologia social crítica: A ciência ao serviço da mudança social. *ex æquo*, (11), 123–138.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Orano, P. (1902). *Psicologia sociale*. Laterza & Figli.
- Pavlov, I.P. (1927). *Les réflexes conditionnels. Etude objective de l'activité nerveuse supérieure des animaux*. Alcan.
- Pereira, O.G. (2000). A emergência do paradigma americano. In: Vala, J., & Monteiro, M. B. (Eds.). *Psicologia social* (pp. 31-47). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. SAGE.
- Quetelet, A. (1869). *Physique sociale: Ou, essai sur le développement des facultés de l'homme*. C. Muquardt.
- Santos, A. M. (2000). Os primórdios de uma disciplina – curso e percurso. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.). *Psicologia social* (pp. 13-47). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Smith, P.B., Fischer, R., Vignoles, V.L. & Bond, M.H. (2013). *Understanding social psychology across cultures engaging with others in a changing world*. Sage.
- Spink, M. J. P., & Spink, P. K. (2013). A psicologia social na atualidade. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Eds.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 679–700). Nau.
- Tarde, G. (1924). *Les lois de l'imitation*. Alcan. (Trabalho original publicado em 1890)
- Tarde, G. (2011). *Études de psychologie sociale*. Elibron Classics. (Trabalho original publicado em 1898)
- Vala, J., & Monteiro, M. B. (2017). *Psicologia social*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wagoner, B. (2017). What makes memory constructive? A study in the serial reproduction of Bartlett's experiments. *Culture & Psychology*, 23(2), 186–207. <https://doi.org/10.1177/1354067X17695759>
- Watson, J. (1913). Psychology as a behaviorist views it. *Psychological Review*, 20(2), 158–177. <https://doi.org/10.1037/h0074428>
- Wundt, W. (1897). *Outlines of psychology*. Gustav E. Stechert.

